

## ATA N.º 5/2019

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE

26/02/2019

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

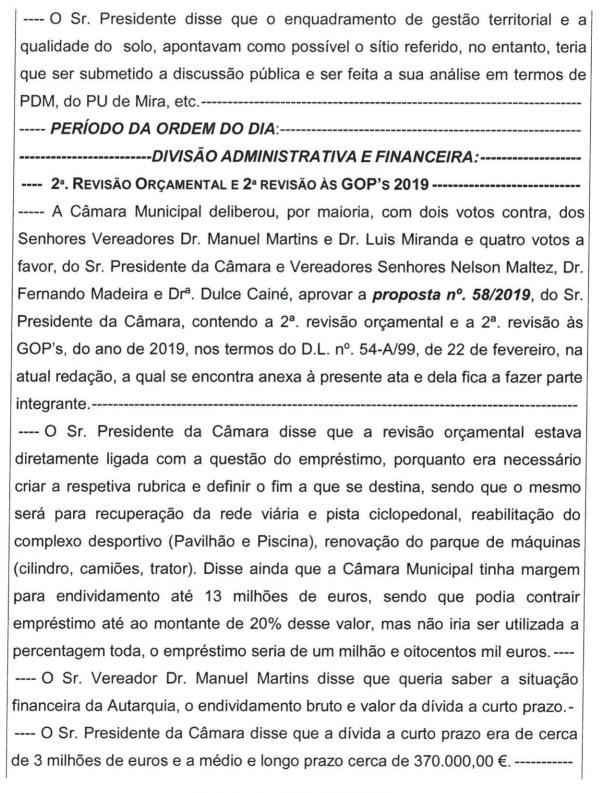


Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas
dezoito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal,
reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr.
Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Senhores
Nelson Teixeira Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr. Fernando José
Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões Miranda e Dra. Dulce Helena
Ramos Cainé
Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª.
Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº.
Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e
Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa, o Chefe da Divisão de Proteção Civil,
Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes e a
Técnica Superior Ana Margarida dos Santos Mesquita
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 18:30
horas
JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:
Nos termos da alínea c) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12
de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou justificar a falta
da Sr <sup>a</sup> . Vereadora Dr <sup>a</sup> . Madalena Isabel Colaço dos Santos
FINANÇAS MUNICIPAIS:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 39, de 25 de fevereiro de
2019, com um saldo orçamental de 256.826,23 € (duzentos e cinquenta e seis
mil, oitocentos e vinte e seis euros e vinte e três cêntimos)
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: (nº. 6 do art.º 49º. do Anexo I, da Lei nº.
75/2013, de 12 de Setembro)

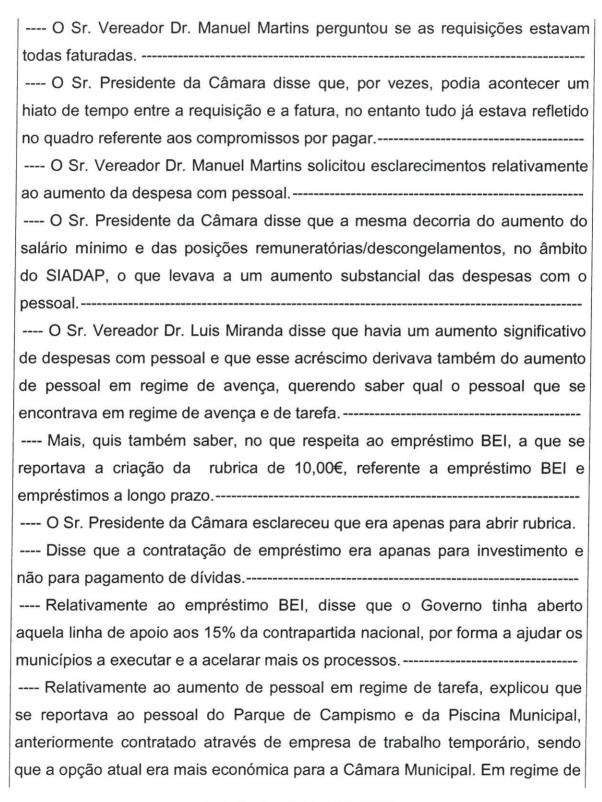


Esteve presente na reunião o Dr. Francisco Reigota, residente na Ava.
Cidade de Coimbra, nº. 130 – 2º. Dtº., na localidade da Praia de Mira, o qual
colocou duas questões ao Executivo Municipal:
"1ª. questão: No dia 25 de fevereiro decorreu uma ação de limpeza na
Videira do Sul. A Câmara Municipal de Mira foi parceira nessa intervenção?
2ª. questão: Qual é a área pública nos limites das margens (mota da vala)
das valas?"
Na resposta, o Sr. Presidente afirmou que a Câmara Municipal tinha sido
parceira da Junta de Freguesia da Praia de Mira na citada ação de limpeza
Relativamente aos limites das margens das valas, o Chefe da DPCPOA,
Dr. Ângelo Lopes, informou que o espaço confinante com a mata da vala não é
espaço público. Os terrenos privados, confinantes com as valas, consideram-se
até ao meio do leito da vala
O sr. Presidente da Câmara acrescentou que havia 5-10 metros que
tinham o ónus público, tratava-se de servidão, até ao limite do privado, sendo
que o proprietário tinha a obrigação de manter o espaço limpo e dar serventia.
Mais disse que, fora do espaço urbano, era competência dos confinantes com
as valas, manter a limpeza
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou se já existia alguma solução
para o Cemitério Municipal de Mira
O Sr. Presidente disse que sim e brevemente seria ali apresentada uma
proposta de relocalização, por tràs do terreno da "Feira dos 23". Disse ainda
que o assunto seria submetido a um debate alargado
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que se tratava de um assunto
muito sensível, que mexia com os sentimentos das pessoas e também com
questões culturais e que seria importante uma discussão alargada sobre o
mesmo











contrato de avença, apenas se encontravam a Psicóloga e a Advogada do Município. O Técnico de Enga. Alimentar e a Economista faziam parte dos precários que tinham sido integrados recentemente. --------- LINHA BEI AUTARQUIAS - PORTUGAL 2020: AUTORIZAÇÃO DE CANDIDATURA A EMPRÉSTIMO BEI-P2020 E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONSULTA PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO -------- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e quatro votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dr. Fernando Madeira e Dra. Dulce Cainé, aprovar a proposta no. 59/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a apresentação de candidatura a pedido de financiamento - Empréstimo Quadro (EQ) do BEI -PT2020 para as seguintes operações aprovadas no âmbito do P2020: --------- a) CENTRO-07-2316-FEDER-000183 - Reabilitação e Reconversão de Estrutura Abandonada; --------- b) POSEUR-03-2012-FC-000128 - Elaboração do Cadastro das Infraestruturas Existentes nos Sistemas em Baixa de AA e SAR;---------- c) POSEUR-03-2012-FC-000627 - Fecho de Sistema de SAR em Casal e Ermida,--------- Mais foi deliberado proceder à abertura de um procedimento de consulta para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto da bança comercial para, dessa forma, dar integral cumprimento ao previsto no artigo 49.°, n.° 5 da Lei 73/2013, de 3 de Setembro; ---------- Foi ainda deliberado aprovar o respetivo Caderno de Encargos do procedimento (Anexo II), Lista de Entidades a convidar (Anexo I) e a respetiva Comissão de Análise de Propostas (Anexo III), nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 13 de Setembro. -----



De forma a cumprir com o disposto no n.º 5, do artigo 49.º, da Lei n.º
73/2013, de 3 de setembro, serão convidadas a apresentar propostas as
seguintes Instituições autorizadas por Lei a conceder crédito:
Banco BPI, S.A.;
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL;
Caixa Geral de Depósitos, SA;
Millenium BCP, SA;
Novo Banco
Por último, foi deliberado nomear os seguintes elementos para constituição
do Júri de abertura e análise das propostas:
Presidente do Júri:
Dr <sup>a</sup> Carmen da Conceição Santos
Vogais:
Dr. João Fernando das Neves Rocha
Dr. Marlene da Conceição Gonçalves Pereira
Dra Liliana Mafalda Valente Cruz – Suplente
Dr. José Miguel Rosa Felgueiras – Suplente
A mencionada proposta e respetivos anexos, encontram-se apensos à
presente ata e dele ficam a fazer parte integrante
EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DO PPI/2019 — ABERTURA DE
PROCEDIMENTO
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos
Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e quatro votos a
favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dr.
Fernando Madeira e Dra. Dulce Cainé, aprovar a <i>proposta nº. 60/2018</i> , do Sr.
Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a abertura de
procedimento para contratação de um empréstimo a médio e longo prazo (20
anos), até ao montante de 1.800.000,00 € (um milhão e oitocentos mil euros),

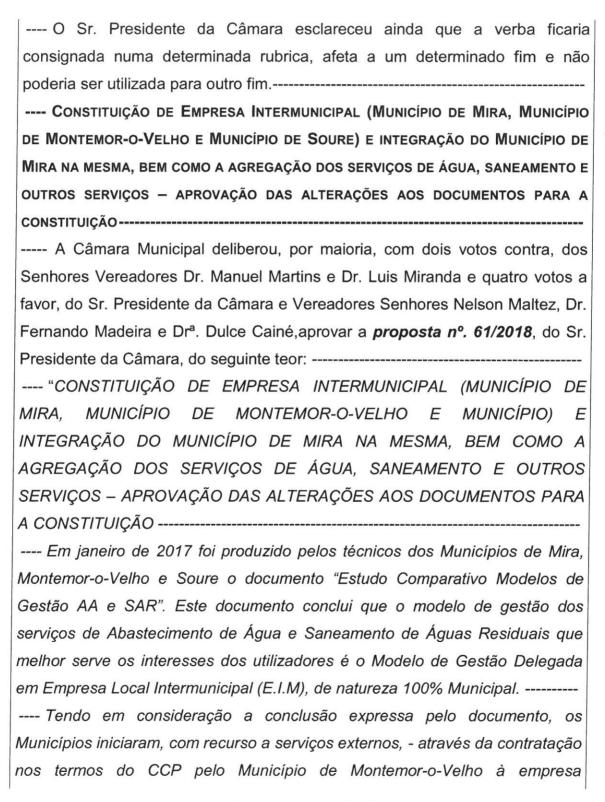


de acordo com os nºs. 1,2 e 5, do artº. 49º., nºs. 1,3,4,e 5, do artº. 51º., da Le
nº. 73/2013, de 03 de setembro, bem como aprovar o respetivo caderno de
encargos
De forma a cumprir com o disposto no n.º 5, do artigo 49.º, da Lei n.º
73/2013, de 3 de Setembro, deverão ser convidadas a apresentar propostas as
seguintes Instituições autorizadas por Lei a conceder crédito:
Banco BPI, S.A.;
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL;
Caixa Geral de Depósitos, SA;
Millenium BCP, SA;
Banco Santander Totta;
Caixa Económica Montepio Geral;
Bankinter;
Novo Banco
Por último, foi deliberado nomear os seguintes elementos para constituição
do Júri de abertura e análise das propostas:
Presidente do Júri:
Dra Carmen da Conceição Santos
Vogais:
Dr. João Fernando das Neves Rocha
Dr. Marlene da Conceição Gonçalves Pereira
Drª Liliana Mafalda Valente Cruz – Suplente
Dr. José Miguel Rosa Felgueiras – Suplente
A mencionada proposta e respetivos anexos, encontram-se apensos à
presente ata e dele ficam a fazer parte integrante
Interveio o Sr.Vereador Dr. Luis Miranda que disse que, à semelhença do
orçamento, o PPI era um documento previsional e um documento político e, na



sua opinião, o empréstimo para financiamento do PPI não lhe parecia um ato
de boa política
Lamentou que o documento tivesse sido facultado apenas no início da
presente reunião, não sendo possível fazer a sua análise cuidada, ou verificar
se tal crédito feria ou não o limite legal imposto para a dívida do Município, o
que o levava a votar contra a proposta apresentada
Mais questionou se não se trataria de um mecanismo encapotado de
saneamento financeiro
O Sr. Presidente da Câmara reiterou que o empréstimo não se destinava a
pagamento de dívida, o dinheiro libertado pelo banco seria alocado a um fim
específico e só seria disponibilizado mediante apresentação de fatura, não
podendo ser utilizado para outro fim
O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda disse que esperava bem que fosse
mesmo esse o procedimento a adotar, no entanto o PPI poderia sempre ser
alterado e revisto e acrescia também o facto de não estar prevista qualquer
sansão pelo incumprimento de qualquer projeto
O Sr. Presidente da Câmara disse que o caminho era difícil, que tudo seria
fiscalizado e validado pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério das Finanças,
para além da própria auditoria que era feita às contas do Município
Disse que a lei impunha limites ao endividamento e a Câmara Municipal
tinha capacidade de endividamento, sendo que o empréstimo proposto até
estava abaixo do limite máximo permitido por lei e era de forma consciente que
fazia a proposta de recurso a crédito, já que o investimento que se pretendia
fazer não era candidatável a apoios comunitários
O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda disse que a lei previa que a alteração do
PPI só permitia a mudança de verbas de uma rubrica para outra. Achava que a
sua preocupação era legítima e apenas estava a emitir um alerta





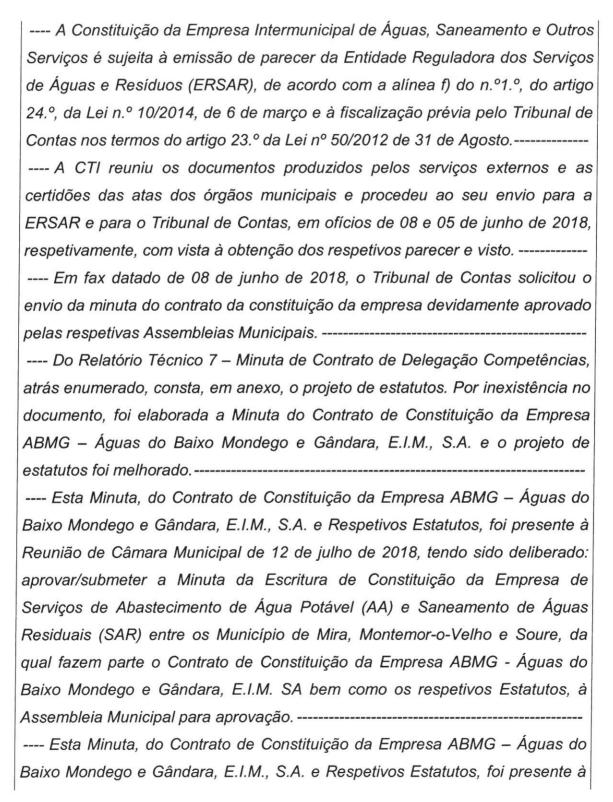


Ambiloreco – Soluções Globais em Ambiente, Unipessoal, Ldª, contrato
celebrado a 6 de abril de 2017, a execução de estudos e a produção de
documentos com o objetivo da avaliar a racionalidade e a prossecução do
interesse público da Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município
de Soure, o Município de Mira e o Município de Montemor-o-Velho, de Serviços
de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros
Serviços
Os documentos produzidos pelos serviços externos foram:
Relatório Técnico 1-A – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Infraestruturas – V.abr18;
Relatório Técnico 1-B – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Infraestruturas - V.abr18;
Relatório Técnico 1-C – Estudos de Conceção Geral – Base de Dados GIS
de Instalações - V.abr18;
Relatório Técnico 2 – Estudos de Conceção Geral – Proposta de Medidas
e Investimentos (Infraestruturas) - V.abr18;
Relatório Técnico 2 Complementar – Estudos de Conceção Geral –
Proposta de Medidas e Investimentos (Infraestruturas) – Sistema Integrado do
Mondego - V.abr18;
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume Mira - V.abr18;
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume Montemor-o-Velho - V.abr18;
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume Soure - V.abr18;
Relatório Técnico 4 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Futura – Gestão - V.abr18;



Relatório Técnico 5 – Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e
Financeira - V.abr18;
Relatório Técnico 6 – Plano de Ações para Fase de Transição - V.abr18;
Relatório Técnico 7 – Minuta de Contrato de Delegação Competências -
V.abr18;
Relatório Técnico 8 – Plano do Projeto- V.abr18
Tendo por base estes documentos, veio-se a confirmar que os serviços de
AA e SAR assegurados tendo por base o Modelo de Gestão Delegada em
Empresa Local Intermunicipal (E.I.M), de natureza 100% Municipal é o modelo
que melhor assegura a prossecução do interesse público porque é o que
melhor serve o interesse os munícipes dos três Municípios
Estes documentos foram presentes à Reunião de Câmara Municipal de 24
de Maio de 2018 tendo sido deliberado o seguinte: aprovar a Proposta de
Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Soure, o
Município de Mira e o Município de Montemor-o-Velho e ainda submeter à
Assembleia Municipal; e aprovar a Integração do Município de Mira nessa
Empresa Intermunicipal, bem como a Agregação dos Serviços de Água,
Saneamento e Outros Serviços
Os documentos foram presentes à Sessão da Assembleia Municipal de 24
de Maio de 2018, onde foi deliberado o seguinte: aprovar a Proposta de
Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Soure, o
Município de Mira e o Município de Montemor-o-Velho; e, aprovar a Integração
do Município de Montemor-o-Velho nessa Empresa Intermunicipal, bem como a
Agregação dos Serviços de Água, Saneamento e Outros Serviços
Com o objetivo da execução das atividades e tarefas para a Constituição
da Empresa, os três Municípios constituíram uma comissão (Comissão Técnica
de Instalação – CTI) composta por técnicos dos Municípios







Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 16 de julho de 2018, onde foi deliberado aprovar a Minuta da Escritura de Constituição da Empresa de Serviços de Abastecimento de Água Potável (AA) e Saneamento de Águas Residuais (SAR) entre os Município de Mira, Montemor-o-Velho e Soure, da qual fazem parte o Contrato de Constituição da Empresa ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M. SA bem como os respetivos Estatutos. --------- A CTI reuniu a documentação referente a Minuta da Escritura de Constituição e as respetivas deliberações dos competentes órgãos municipais e enviou esta documentação para o Tribunal de Contas, em ofício datado de 24 de iulho de 2018. --------- A 26 de julho a CTI reuniu em Montemor-o-Velho com a ERSAR. A 01 de agosto de 2018, esta Entidade emitiu um conjunto de recomendações acerca da documentação anteriormente enviada pelos Municípios.--------- A 14 de agosto, o Tribunal de Contas procedeu à devolução do processo, suspendendo assim o prazo a que alude o n.º 1 do artigo 85º da lei n.º 98/97 de 26 de agosto e emitiu um pedido de esclarecimentos aos documentos anteriormente enviados.--------- Os Srs. Presidentes dos Municípios de Soure, Mira e Montemor-o-Velho, considerando: as alterações decorrentes das recomendações e pedido de esclarecimentos da ERSAR e do Tribunal de Contas respetivamente; as preocupações manifestadas pelas Assembleias Municipais dos Municípios de Soure, Mira e de Montemor-o-Velho aquando das respetivas deliberações; os contributos da CTI; e a elaboração de projetos de execução de investimentos previstos no Plano de Investimentos da futura Empresa; decidiram proceder à alteração dos documentos iniciais, informando a CTI em conformidade. --------- Assim, foram produzidas pela empresa AmbilorEco, novas versões dos seguintes documentos, a saber: ------

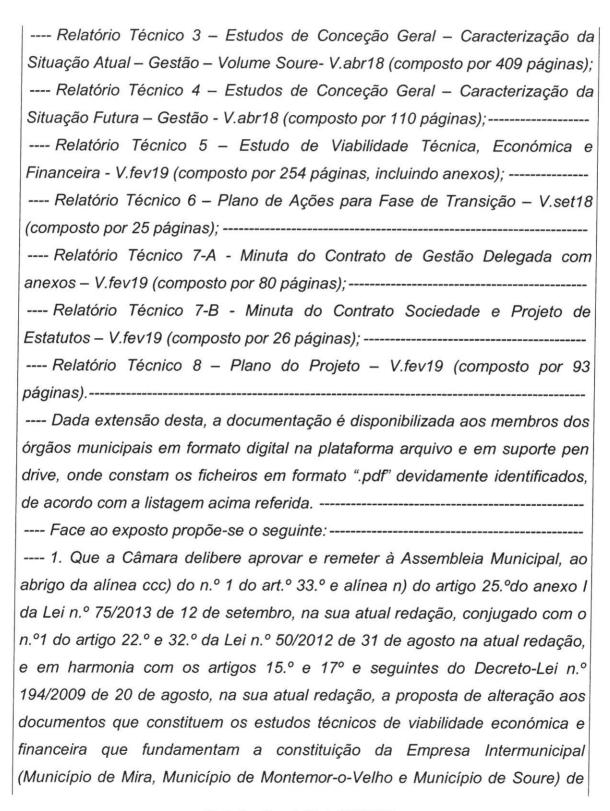


Relatório Técnico 5 – Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e
Financeira – V.dez18;
Relatório Técnico 6 – Plano de Ações para Fase de Transição – V.set18;
Relatório Técnico 7 – Minuta de Contrato de Delegação Competências
(que nesta versão melhorada deu origem aos documentos Relatório 7-A -
Minuta do Contrato de Gestão Delegada com anexos – V.dez18;
Relatório 7-B - Minuta do Contrato Sociedade e Projeto de Estatutos -
V.dez18);
Relatório Técnico 8 – Plano do Projeto – V.dez18
Em dezembro de 2018, foi elaborado e remetido um documento de
resposta e esclarecimento às recomendações emitidas a 01 de agosto pela
ERSAR, ao qual foram anexados todos os documentos produzidos nas suas
versões melhoradas mais recentes, ficando os Municípios a aguardar o parecer
desta entidade
Em 17 de Janeiro de 2019, a ERSAR, emitiu o seu parecer (em anexo), tal
como um conjunto de recomendações, observações e comentários sobre a
documentação técnica enviada
Analisado este parecer, nomeadamente as suas Conclusões e
Recomendações, os Srs. Presidentes incumbiram a CTI de diligenciar no
sentido de os documentos acolherem na sua maioria as referidas Conclusões e
Recomendações, o que originou novas versões dos documentos,
nomeadamente: Relatório Técnico 5 – Estudo de Viabilidade Técnica,
Económica e Financeira – V.fev19;
Relatório 7-A - Minuta do Contrato de Gestão Delegada com anexos -
V.fev19;
Relatório 7-B - Minuta do Contrato Sociedade e Projeto de Estatutos -
V.fev19;
Relatório Técnico 8 – Plano do Projeto – V.fev19



Junta-se em anexo as considerações da CTI ao parecer da ERSAR
Considera a CTI que as versões da documentação produzida, nas versões
mais recentes, não carecerão de nenhuma retificação e/ou alteração adicional,
pelo que estarão em condições de serem apreciadas nos competentes órgãos
municipais dos três Municípios
Assim, propõe-se que seja presente a reunião da Câmara Municipal toda a
documentação técnica na sua versão final, a qual faz parte da presente
proposta e que é composta pelos seguintes documentos:
Estudo Comparativo Modelos de Gestão AA e SAR (composto por 57
páginas);
Relatório Técnico 1-A – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual - Infraestruturas - V.abr18 (composto por 266 páginas,
incluindo anexos, e 24 peças desenhadas);
Relatório Técnico 1-B – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Infraestruturas - V.abr18 (composto por 184 páginas);
Relatório Técnico 1-C – Estudos de Conceção Geral – Base de Dados GIS
de Instalações - V.abr18 (composto por 13 páginas);
Relatório Técnico 2 – Estudos de Conceção Geral – Proposta de Medidas
e Investimentos (Infraestruturas) - V.abr18 (composto por 258 páginas,
incluindo anexos e 24 peças desenhadas);
Relatório Técnico 2 Complementar – Estudos de Conceção Geral –
Proposta de Medidas e Investimentos (Infraestruturas) – Sistema Integrado do
Mondego - V.abr18 (composto por 21 páginas);
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume Mira- V.abr18 (composto por 382 páginas); -
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume MontemoroVelho-V.abr18 (composto por
409 páginas);





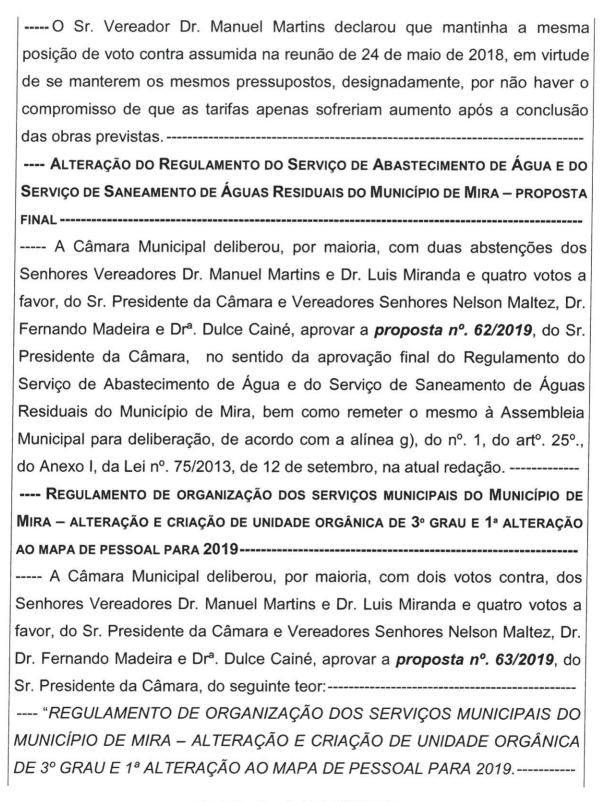


exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para
consumo público e saneamento, recolha de resíduos sólidos e operação e
manutenção de sistemas de águas pluviais, que originaram novas versões dos
mesmos, fazendo parte integrante da presente proposta, designadamente:
Estudo Comparativo Modelos de Gestão AA e SAR (composto por 57
páginas);
Relatório Técnico 1-A – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Infraestruturas – V.abr18 (composto por 266 páginas,
incluindo anexos, e 24 peças desenhadas);
Relatório Técnico 1-B – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Infraestruturas - V.abr18 (composto por 184 páginas);
Relatório Técnico 1-C – Estudos de Conceção Geral – Base de Dados GIS
de Instalações - V.abr18 (composto por 13 páginas);
Relatório Técnico 2 – Estudos de Conceção Geral – Proposta de Medidas
e Investimentos (Infraestruturas) - V.abr18 (composto por 258 páginas,
incluindo anexos e 24 peças desenhadas);
Relatório Técnico 2 Complementar – Estudos de Conceção Geral –
Proposta de Medidas e Investimentos (Infraestruturas) – Sistema Integrado do
Mondego - V.abr18 (composto por 21 páginas);
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume Mira- V.abr18 (composto por 382 páginas); -
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume MontemoroVelho-V.abr18 (composto por
409 páginas);
Relatório Técnico 3 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Atual – Gestão – Volume Soure- V.abr18 (composto por 409 páginas);
Relatório Técnico 4 – Estudos de Conceção Geral – Caracterização da
Situação Futura – Gestão - V.abr18 (composto por 110 páginas);

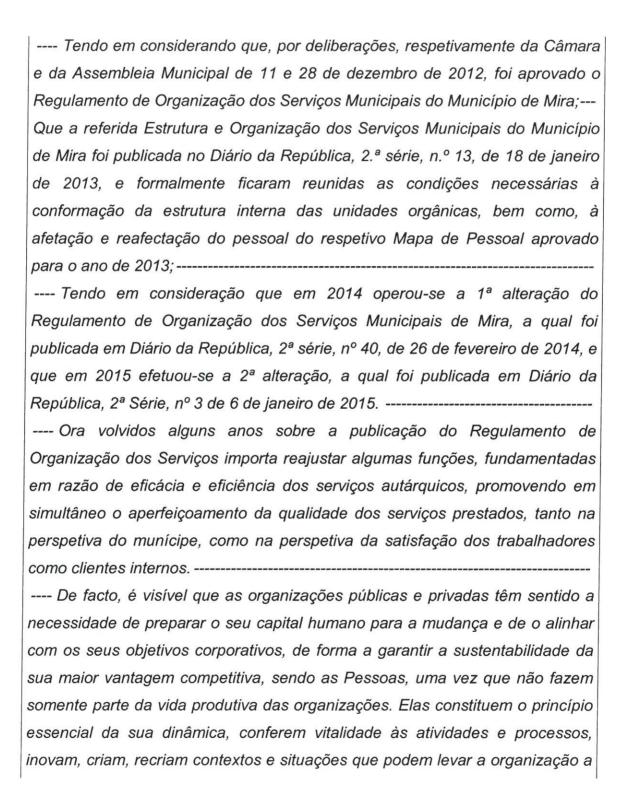


Relatório Técnico 5 – Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e
Financeira - V.fev19 (composto por 254 páginas, incluindo anexos);
Relatório Técnico 6 – Plano de Ações para Fase de Transição – V.set18
(composto por 25 páginas);
Relatório Técnico 7-A - Minuta do Contrato de Gestão Delegada com
anexos – V.fev19 (composto por 80 páginas);
Relatório Técnico 7-B - Minuta do Contrato Sociedade e Projeto de
Estatutos – V.fev19 (composto por 26 páginas);
Relatório Técnico 8 – Plano do Projeto – V.fev19 (composto por 93
páginas)
2. Mais se propõe que o Executivo delibere no sentido de manter/
confirmar a aprovação das peças que não foram objeto de alteração,
aprovadas em Câmara e Assembleia Municipal de 24 de Maio de 2018,
devendo disso dar conhecimento à Assembleia Municipal para deliberação em
conformidade
3. Que delibere aprovar e remeter à Assembleia Municipal a proposta, nos
termos do artigo 27º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na atual redação, de
delegação poderes e o exercício das prerrogativas do pessoal que exerça
funções de autoridade na empresa intermunicipal e que se encontram previstas
no artigo 32.º da Minuta do Contrato Sociedade e Projeto de Estatutos e na
cláusula 7.º da Minuta do Contrato de Gestão Delegada."
O Sr. Presidente da Câmara disse que, após o parecer emitido pelo
ERSAR, os documentos já aprovados pela Câmara e pela Assembleia
careciam de adaptação a esse parecer, de acordo com as recomendações
emitidas por aquela entidade. Posteriormente, seria submetido a visto do
Tribunal de Contas
DECLARAÇÃO DE VOTO:

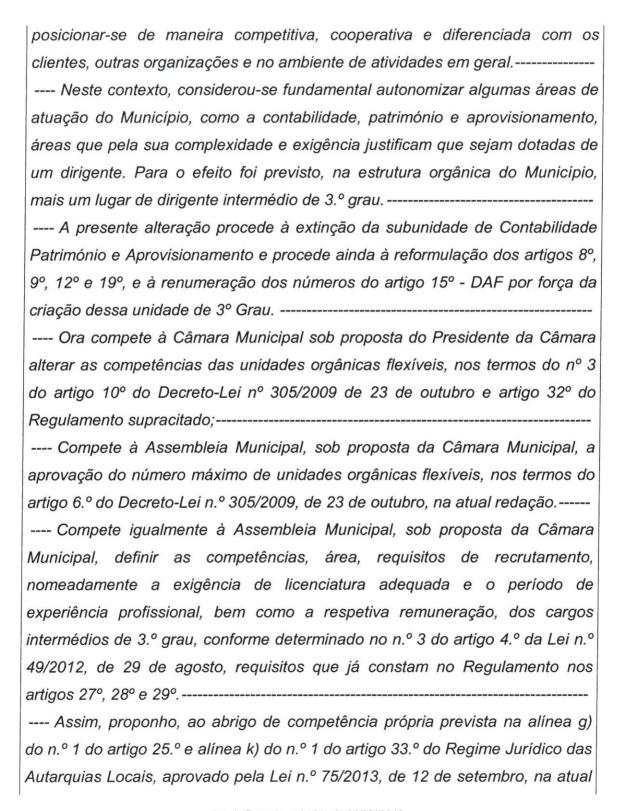








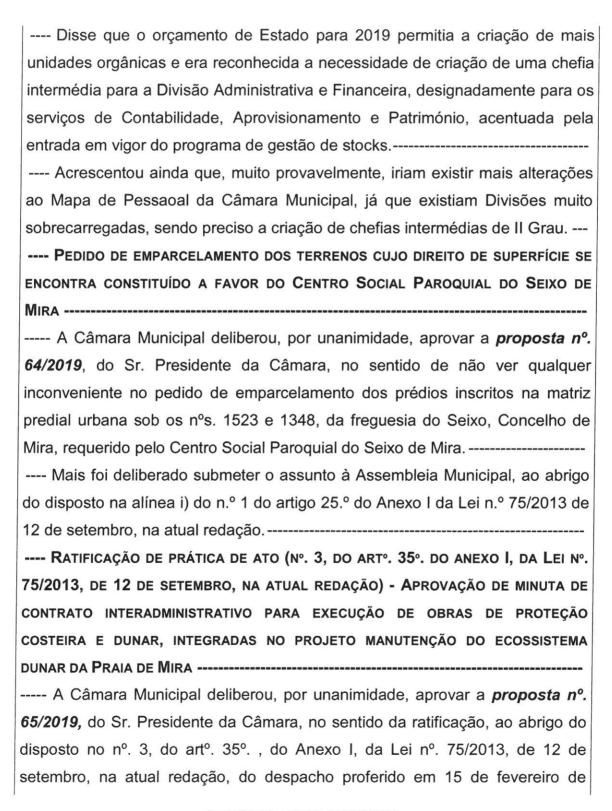




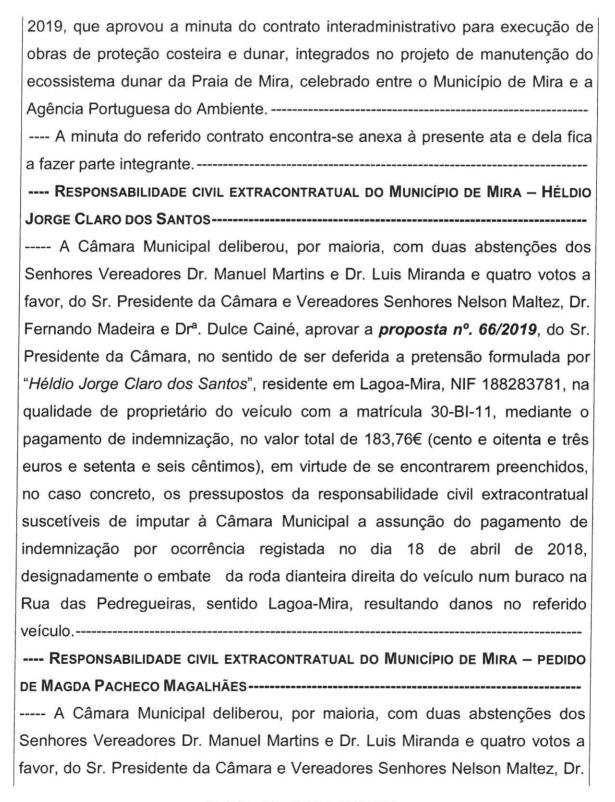


redação, com base no nº 3 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e da Lei n.º 49/2012 , de 29 de agosto que adaptou à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e ainda com o artigo 32º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira;------- 1. Que se aprove a criação da unidade orgânica de 3º Grau Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento, na Divisão Administrativa e Financeira, bem como respetivas competências conforme documento anexo;------- 2. Que se aprove a consequente extinção da subunidade orgânica de Contabilidade, Património e Aprovisionamento e a reformulação dos artigos 8º, 9°, 12° e 19°, e à renumeração dos números do artigo 15° - DAF por forca da criação dessa unidade de 3º Grau. --------- 2. Que se autorize a 1º alteração ao Mapa de Pessoal para 2019 e a criação dos seguintes postos de trabalho: 1 Assistente Técnico em CTI na DAF; 1 Chefe da Unidade, 1 Técnico Superior em CTI e 1 Assistente Técnico em CTR na Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento; 1 Assistente Operacional em CTI e 1 Assistente Operacional em CTR, ambos na DECD, conforme mapa de pessoal – 1ª Alteração.--------- 3. Proponho ainda, que a presente deliberação seja publicada em Diário da República, em cumprimento do n.º 6 do artigo 10.º do referido Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, na atual redação bem como, seja publicitada nos locais do costume e no site deste Município em www.cm-mira.pt."--------- O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda perguntou o que tinha mudado para ser extinta uma sub-unidade em detrimento da criação de uma unidade orgânica e se estava em causa apenas a criação de um cargo dirigente ou também a criação de mais 5 ou 6 postos de trabalho. --------- O Sr. Presidente disse que as vagas eram criadas, mas podiam ou não ser preenchidas. Quanto à extinção da sub-unidade orgânica disse que se devia à aposentação do titular. -----











Fernando Madeira e Dra. Dulce Cainé, aprovar a proposta no. 67/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser deferida a pretensão formulada por "Magda Pacheco Magalhães", residente em Corticeiro de Cima - Cantanhede, NIF 243396015, na qualidade de proprietária do veículo com a matrícula 35-SG-16, mediante o pagamento de indemnização, no valor total de 146,51€ (cento e quarenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos), em virtude de se encontrarem preenchidos, no caso concreto, os pressupostos responsabilidade civil extracontratual suscetíveis de imputar à Câmara Municipal a assunção do pagamento de indemnização por ocorrência registada no dia 28 de maio de 2018, designadamente o embate no lancil cujo alinhamento se encontra mais para o eixo da via, com roda dianteira direita do veículo, na localidade de Corticeiro de Baixo, sentido Carapelhos - Corticeiro de Baixo, resultando danos no referido veículo. ---------- MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DO SEIXO PARA LIMPEZA DA ZONA INDUSTRIAL DE MIRA E ZONA INDUSTRIAL DE MIRA - PÓLO II ----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e quatro votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dr. Fernando Madeira e Dra. Dulce Cainé, aprovar a proposta no. 68/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da minuta do protocolo, a celebrar entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia do Seixo, tendo em vista a limpeza da Zona Industrial do Mira e Zona Industrial de Mira - Polo II. ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. --------- Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do nº. 1 do artº. 25°., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. ------



A minuta do referido protocolo encontra-se anexa à presente ata e dela fica
a fazer parte integrante
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou porque razão apenas era
celebrado protocolo com a Junta de Freguesia do Seixo e não também com as
restantes Juntas de Freguesia do Concelho de Mira. A Junta de Freguesia de
Mira, por exemplo, também tinha uma zona industrial na sua área de jurisdição,
daí que lhe parecia melhor que fosse feita uma proposta conjunta
O Sr. Presidente da Câmara disse que alguns dos lotes da Zona Industrial,
Polo I e Polo II, eram pertença da Câmara Municipal, a área era muito grande e
o protocolo era semelhante ao anterior e estava fora do âmbito dos acordos de
execução celebrados entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia do Concelho.
Mais disse que o anterior protocolo era já de 2016 e a Junta de Freguesia
do Seixo sempre tinha efetuado a limpeza daquela área
RETIFICAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE (NOVOS) FUNDOS DE MANEIO - ANO
ECONÓMICO 2019
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº.</i>
69/2019, do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor:
Retificação à Constituição de (novos) Fundos de Maneio – Ano Económico
2019
Visando a agilização de procedimentos urgentes e inadiáveis e atendendo
à necessidade de efetuar pontualmente pequenas despesas de funcionamento
corrente da Autarquia
Considerando o ponto 2.9.10.1.11 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de
fevereiro, na redação atual, conjugado com o art.º 16.º da Norma de Controlo
Interno do Município de Mira;
Proponho:
A constituição dos seguintes fundos de maneio:

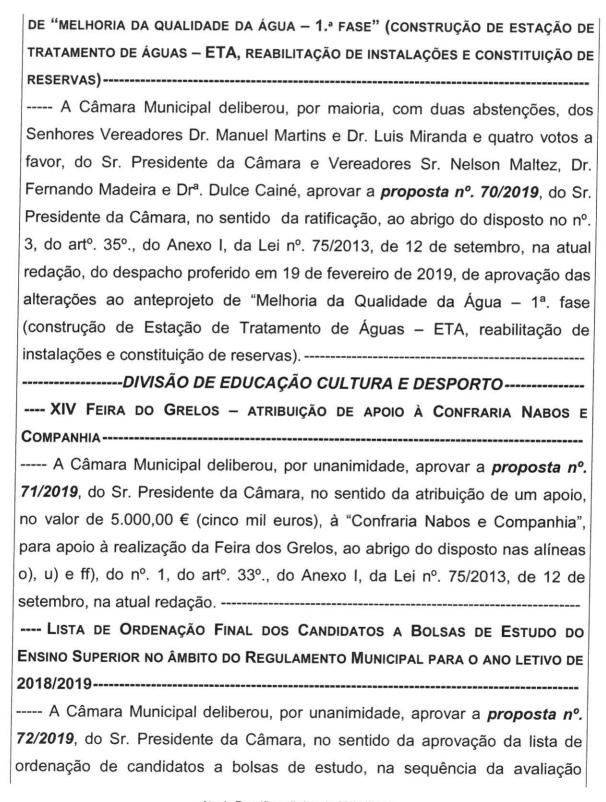


Responsável: Ricardo Jorge Mendes da Costa, para as classificações
económicas a seguir mencionadas, com os seguintes limites anuais:
020121 – Outros bens: 500,00€;
020217 – Publicidade: 1.000,00€;
020225 – Outros serviços: 500,00€
Responsável: Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, para as classificações
económicas a seguir mencionadas, com os seguintes limites anuais:
020117 – Ferramentas e utensílios: 500,00€;
020121 – Outros bens: 1.000,00€;
020203 – Conservação de bens: 1.000,00€;
Responsável: João Evangelista Pimentel Castelhano, para as
classificações económicas a seguir mencionadas, com os seguintes limites
anuais:
020117 – Ferramentas e utensílios: 500,00€;
020121 – Outros bens: 1.000,00€;
020203 – Conservação de bens: 1.500,00€;
020225 – Outros serviços: 500,00€
Responsável: Carlos Manuel dos Santos Lourenço, para as classificações
económicas a seguir mencionadas, com os seguintes limites anuais:
020117 – Ferramentas e utensílios: 500,00€;
020121 – Outros bens: 1.000,00€;
020203 – Conservação de bens: 1.000,00€;
Responsável: Fernando Jorge de Jesus Rico, para as classificações
económicas a seguir mencionadas, com os seguintes limites anuais:
020117 – Ferramentas e utensílios: 500,00€;
020121 – Outros bens: 1.000,00€;
020203 – Conservação de bens: 1.000,00€;

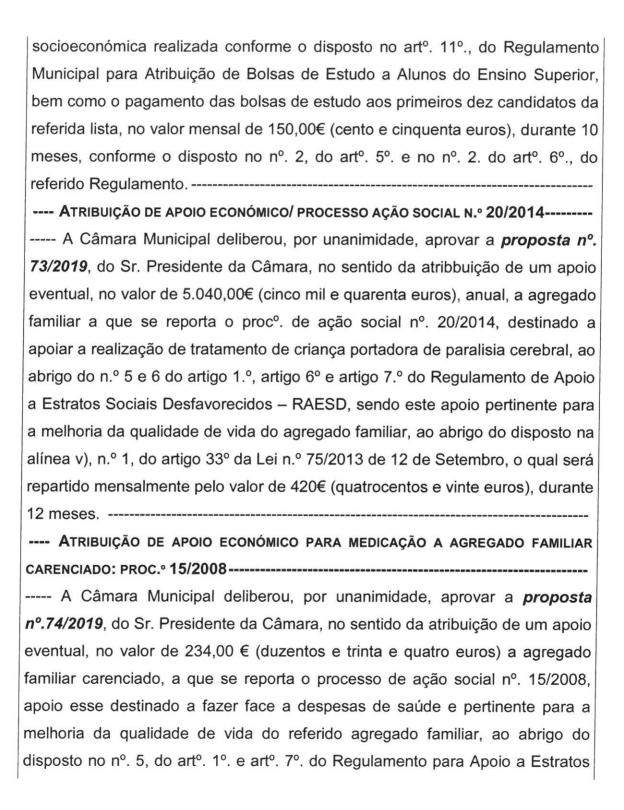


Responsável: Brigite Maria Capeloa, para as classificações económicas	a
seguir mencionadas, com os seguintes limites anuais:	
020120 - Material de Educação, cultura e recreio: 500,00€	
020121 – Outros bens: 500,00€;	
020203 – Conservação de bens: 500,00€;	
020225 – Outros serviços: 500,00€	
Responsável: João Manuel Maranhão Cupido, para as classificaçõe	s
económicas a seguir mencionadas, com os seguintes limites anuais:	-
020117 – Ferramentas e utensílios: 5000,00€;	-
020121 – Outros bens: 500,00€;	_
020203 – Conservação de bens: 500,00€;	-
Responsável: Ângelo Manuel Morais Lopes, para as classificaçõe	s
económicas a seguir mencionadas, com os seguintes limites anuais:	-
020117 – Ferramentas e utensílios: 1.000,00€;	-
020121 – Outros bens: 1.500,00€;	
020203 – Conservação de bens: 2.000,00€;	
020225 – Outros serviços: 500,00€	•77
A Constituição mensal dos Fundos de Maneio mediante a entrega aos	s
responsáveis pelos mesmos de um duodécimo das importâncias mencionadas	s
(a partir do mês de fevereiro);	
A regularização do Fundo de Maneio no fim de cada Mês, devendo o	,
responsável pelo fundo entregar os documentos justificativos de despesa, a fin	7
de ser efetuado o seu processamento;	
A reposição mensal, devendo estar completamente regularizado até ac	,
último dia do ano."	
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	
Ratificação de prática de ato (nº. 3, do artº. 35º. do anexo I, da Lei nº.	
75/2013, de 12 de setembro, na atual redação) - aprovação de anteprojeto	

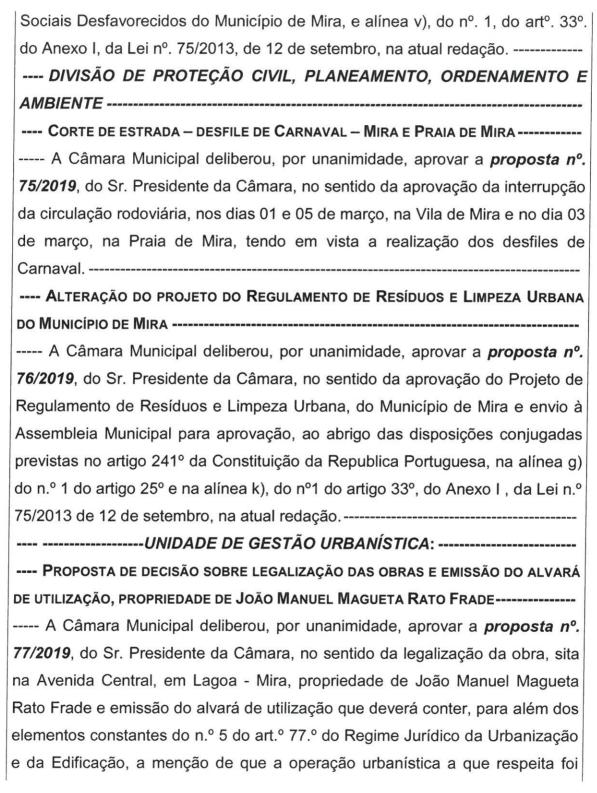




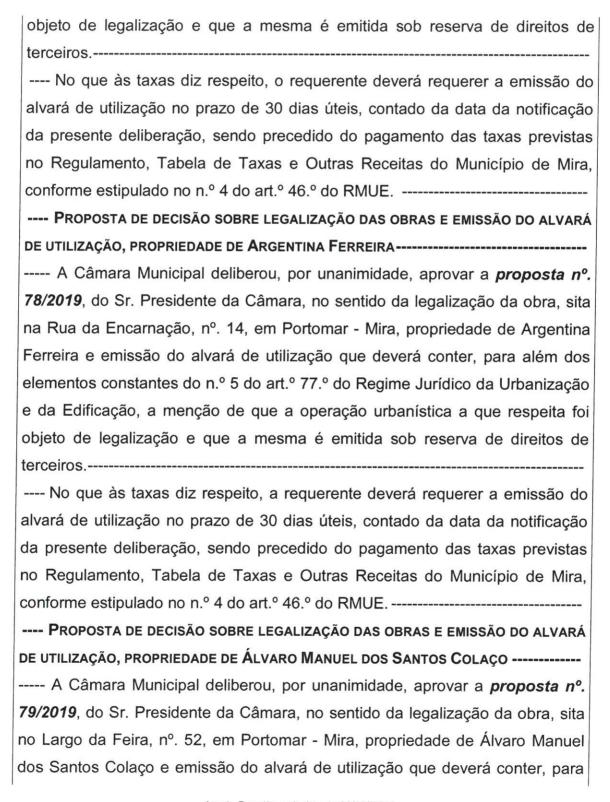














além dos elementos constantes do n.º 5 do art.º 77.º do Regime Jurídico da
Urbanização e da Edificação, a menção de que a operação urbanística a que
respeita foi objeto de legalização e que a mesma é emitida sob reserva de
direitos de terceiros
No que às taxas diz respeito, o requerente deverá requerer a emissão do
alvará de utilização no prazo de 30 dias úteis, contado da data da notificação
da presente deliberação, sendo precedido do pagamento das taxas previstas
no Regulamento, Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira,
conforme estipulado no n.º 4 do art.º 46.º do RMUE
ENCERRAMENTO:
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
declarada encerrada a reunião, sendo 19:35h, tendo sido aprovada, por
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do
disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
Soul A Jak
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
Deen'n,
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)